O Conselho de Direitos Humanos na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas

El Consejo de Derechos Humanos en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas

The Human Rights Council at the 81st United Nations General Assembly

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: A 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (81ª AGNU) recebe um amplo conjunto de relatórios, notas e documentos produzidos pelo Conselho de Direitos Humanos, por seus Procedimentos Especiais, mecanismos investigativos, grupos de trabalho e especialistas independentes. Os documentos abordam temas relacionados ao direito à saúde, mudanças climáticas, proteção ambiental, povos indígenas, alimentação, educação, combate ao racismo, direitos das mulheres, envelhecimento, migrações, empresas e direitos humanos, liberdade de associação, justiça transicional e acompanhamento de situações nacionais específicas. O presente informe apresenta um panorama geral desses documentos, organizando-os em eixos temáticos e situacionais, a partir da agenda provisória. Após o encerramento da 81ª AGNU, informaremos sobre as resoluções aprovadas, os processos conduzidos pelos Estados-membros e as possíveis implicações desses resultados para a governança global dos direitos humanos e para a saúde global.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos; Assembleia Geral das Nações Unidas; Direitos Humanos; Saúde Global; Diplomacia da Saúde.

Resumen: *La 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas (81.ª AGNU) recibe un amplio conjunto de informes, notas y documentos elaborados por el Consejo de Derechos Humanos, sus procedimientos especiales, mecanismos de investigación, grupos de trabajo y expertos independientes. Los documentos abordan temas relacionados con el derecho a la salud, el cambio climático, la protección del medio ambiente, los pueblos indígenas, la alimentación, la educación, la lucha contra el racismo, los derechos de las mujeres, el envejecimiento, las migraciones, las empresas y los derechos humanos, la libertad de asociación, la justicia transicional y el seguimiento de situaciones nacionales específicas. El presente informe ofrece una visión general de estos documentos, organizándolos en ejes temáticos y situacionales, a partir del orden del día provisional. Tras la clausura de la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas, informaremos sobre las resoluciones aprobadas, los procesos llevados a cabo por los Estados miembros y las posibles implicaciones de estos resultados para la gobernanza global de los derechos humanos y para la salud global.*

Palabras clave: *Consejo de Derechos Humanos; Asamblea General de las Naciones Unidas; Derechos Humanos; Salud Global; Diplomacia de la Salud.*

Abstract: *The 81st United Nations General Assembly (81st UNGA) receives a wide range of reports, notes, and documents produced by the Human Rights Council, its Special Procedures, investigative mechanisms, working groups, and independent experts. The documents address issues related to the right to health, climate change, environmental protection, indigenous*

peoples, food, education, combating racism, women's rights, aging, migration, business and human rights, freedom of association, transitional justice, and monitoring of specific national situations. This report provides an overview of these documents, organizing them by thematic and situational areas based on the provisional agenda. Following the conclusion of the 81st UN General Assembly, we will provide an update on the resolutions adopted, the processes led by Member States, and the potential implications of these outcomes for global human rights governance and global health.

Keywords: *Human Rights Council; United Nations General Assembly; Human Rights; Global Health; Health Diplomacy.*

Introdução

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) constitui o principal espaço deliberativo universal do sistema multilateral contemporâneo. É na Terceira Comissão sobre Assuntos Sociais, Humanitários e Cultural da 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que trata de temas como proteção de direitos humanos, direitos das mulheres, direitos das crianças, questões indígenas, prevenção ao crime, justiça criminal e controle de drogas. Também analisa relatórios de relatores especiais, conselhos e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Na agenda da 81ª sessão da AGNU, observa-se a presença de uma agenda particularmente diversificada, composta por relatórios temáticos, notas do Secretário-Geral, estudos produzidos por especialistas independentes e documentos elaborados por mecanismos investigativos ou procedimentos especiais vinculados ao Conselho de Direitos Humanos. Os temas abordados incluem mudanças climáticas, proteção ambiental, saúde, educação, alimentação, combate ao racismo, envelhecimento, igualdade de gênero, justiça transicional, deslocamentos populacionais, desenvolvimento, autodeterminação de povos indígenas e monitoramento de situações nacionais específicas.

O presente informe tem por finalidade apresentar um levantamento sistematizado dessa documentação, identificando os principais temas e debates submetidos à Assembleia Geral. Em razão da extensão do acervo documental encaminhado pelo Conselho de Direitos Humanos, optou-se por realizar um panorama mais geral e a análise mais aprofundada de alguns relatórios relacionados a temas abordados anteriormente em informes anteriores.

Lista de documentos do CDH encaminhados à 81ª AGNU

Os documentos provenientes do Conselho de Direitos Humanos identificados até a elaboração deste informe (27 de agosto de 2026) podem ser agrupados nos seguintes eixos:

Relatório do Conselho de Direitos Humanos

- A/81/53 e A/81/53/Add.1 – O relatório do Conselho de Direitos Humanos que traz o ciclo que congrega da 55a à 59a sessão do Conselho, contendo resoluções, decisões e declaração do presidente do Conselho de Direitos Humanas. Os relatórios evidenciam a continuidade das prioridades estratégicas do CDH, ao mesmo tempo em que revelam a incorporação progressiva de novos temas e desafios institucionais na agenda internacional de direitos humanos. Ambos os documentos cumprem a função de informar a Assembleia Geral sobre as resoluções, decisões e declarações presidenciais

adotadas pelo Conselho, permitindo acompanhar a evolução temática, normativa e operacional do principal órgão intergovernamental das Nações Unidas dedicado à promoção e proteção dos direitos humanos.

Saúde, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

- A/81/169 – *Right of Everyone to the Enjoyment of the Highest Attainable Standard of Physical and Mental Health.* Relatora Especial: Tlaleng Mofokeng
- A/81/217 – *Promotion and Protection of Human Rights in the Context of Climate Change.* Relatora Especial: Elisa Morgera
- A/81/226 – *Human Rights and the Environment.* Relatora Especial: Astrid Puentes Riaño
- A/81/166 – *Independence of Judges and Lawyers*. Relatora Especial: Margaret Satterthwaite
- A/81/170 – *Implications for Human Rights of the Environmentally Sound Management and Disposal of Hazardous Substances and Wastes*. Relator Especial: Marcos Orellana

Povos Indígenas, Territórios e Populações Rurais

- A/81/181 – *Rights of Indigenous Peoples.* Relator Especial: Albert Kwokwo Barume
- A/81/211 – *Land and Sea Territorialities under the United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas*. Grupo de Trabalho sobre Direitos dos Camponeses
- A/81/254 – *Status of the United Nations Voluntary Fund for Indigenous Peoples.* Relatório do Secretário-Geral

Direitos Econômicos, Sociais e Desenvolvimento

- A/81/216 – *Right to Education*. Relatora Especial: Farida Shaheed
- A/81/189 – *Effects of Foreign Debt and Other Related International Financial Obligations of States*. Perita Independente: Attiya Waris
- A/81/187 – *Right to Development*. Relator Especial: Surya Deva
- A/81/131 – *Expert Mechanism on the Right to Development*. Relatório do Secretário-Geral
- A/81/156 – *Report of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights*. Nota do Secretariado.

Empresas, Governança e Cooperação Internacional

- A/81/180 – *Business and Human Rights.* Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos
- A/81/214 – *Minority Issues*. Relator Especial: Nicolas Levrat
- A/81/168 – *Promotion of a Democratic and Equitable International Order*. Perito Independente: George Katrougalos

- A/81/179 – *Human Rights and International Solidarity.* Perita Independente: Cecilia Bailliet

Direitos das Mulheres, Crianças e Juventudes

- A/81/133 – *Violence against Women and Girls*. Relatora Especial: Reem Alsalem
- A/81/247 – *Reports of the Working Group on Discrimination against Women and Girls.* Nota do Secretariado.
- A/81/132 – *Sale, Sexual Exploitation and Sexual Abuse of Children*. Relatora Especial: Ai Kihara-Hunt
- A/81/186 – *Youth Activism: From Systemic Exclusion to Real Participation*. Relatora Especial: Gina Romero

Racismo, Igualdade e Não Discriminação

- A/81/320 – *Ad Hoc Committee on Complementary Standards to International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (ICERD)*. Nota do Secretariado.
- A/81/190 – *International Independent Expert Mechanism to Advance Racial Justice and Equality in Law Enforcement.*
- A/81/210 – *Implementation of the Durban Declaration and Programme of Action.*
- A/81/279 – *Working Group of Experts on People of African Descent.*

Envelhecimento, Deficiência e Grupos Vulnerabilizados

- A/81/177 – *Human Rights of Older Persons.* Perito Independente: Zvezdan Pirtošek
- A/81/215 – *Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions.* Relator Especial: Morris Tidball-Binz
- A/81/128 – E*njoyment of Human Rights by Persons with Albinism*. Perita Independente: Muluka-Anne Miti-Drummond
- A/81/164 – *Elimination of Discrimination against Persons Affected by Leprosy and Their Family Members. Relatora E*special: Beatriz Miranda-Galarza
- A/81/185 – *Protection against Violence and Discrimination Based on Sexual Orientation and Gender Identity.* Perito Independente: Graeme Reid

Direitos Civis e Políticos

- A/81/167 – *Situation of Human Rights Defenders.* Relatora Especial: Andrea Bolaños Vargas
- A/81/178 – *Right to Privacy*. Relatora Especial: Ana Brian Nougrères
- A/81/227 – *The Promotion and Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms while Countering Terrorism.* Relator Especial: Ben Saul
- A/81/130 – *Promotion of Truth, Justice, Reparation and Guarantees of Non-Recurrence*. Relator Especial: Bernard Duhaime

Alimentação

- A/81/201 – *The Right to Food*. Relatora Especial: Sofía Monsalve Suárez.

Migração

- A/81/248 – *Intersessional Panel Discussion on the Human Rights of Migrants*.

Situações Nacionais.

- Situação dos Direitos Humanos no Afeganistão (A/81/137).
- Relatório do Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre Nicarágua (A/81/112).
- Situação dos direitos humanos em Burundi (A/81/162).
- Situação dos direitos humanos em Eritreia (A/81/175).
- Situação dos direitos humanos em Sudão do Sul (A/81/188).
- Situação dos direitos humanos na República Centro-Africana (A/81/260).
- Mianmar (A/81/165 e A/81/265).

Resoluções e decisões do Conselho de Direitos Humanos encaminhadas à Assembleia Geral

Resoluções submetidas à consideração e possível ação da Assembleia Geral

Nos dois relatórios apresentados A/81/53 e A/81/53/Add.1, as resoluções destacadas para consideração da Assembleia Geral concentram-se em situações nacionais consideradas graves pela comunidade internacional.

No A/81/53, o foco principal recai sobre Myanmar, por meio da Resolução 55/20. O Conselho expressa preocupação com as consequências do golpe militar de 2021, denunciando violações sistemáticas de direitos humanos, ataques contra civis e perseguições a minorias étnicas, além de reforçar os mecanismos internacionais de monitoramento e responsabilização. O relatório também inclui uma decisão de caráter institucional relacionada à manutenção de modalidades híbridas e remotas de participação nos trabalhos do Conselho, ampliando a acessibilidade e a participação dos Estados-membros.

No A/81/53/Add.1, as resoluções encaminhadas ganham maior densidade política ao abordarem duas das mais complexas crises contemporâneas: o Território Palestino Ocupado, por meio da Resolução 58/2, e Myanmar, por meio da Resolução 58/20. A resolução relativa à Palestina destaca a necessidade de responsabilização por violações do direito internacional humanitário e sugere à Assembleia Geral examinar a criação de um mecanismo internacional independente de apoio a investigações e processos relacionados a crimes internacionais. A resolução sobre Myanmar amplia as preocupações já expressas no relatório anterior e reafirma o papel dos mecanismos investigativos e de monitoramento das Nações Unidas. Assim, observa-se uma evolução da agenda do Conselho em direção a instrumentos mais robustos de *accountability* internacional.

Declarações presidenciais e sustentabilidade institucional

Os dois relatórios apresentam declarações presidenciais dedicadas à eficiência do Conselho de Direitos Humanos diante de limitações financeiras e temporais. No A/81/53, a

declaração PRST/OS/17/1 introduz um conjunto de medidas destinadas a racionalizar os trabalhos do Conselho, incluindo melhor planejamento das sessões, otimização dos debates, uso ampliado de recursos digitais e fortalecimento da coordenação institucional.

No A/81/53/Add.1, a declaração subsequente, PRST/OS/18/1, aprofunda essas preocupações ao reconhecer de forma mais explícita os efeitos da crise financeira das Nações Unidas sobre a execução dos mandatos aprovados pelo Conselho. O documento reforça iniciativas de modernização administrativa e tecnológica, incluindo a implementação da plataforma AccessHRC, destinada a centralizar informações sobre sessões, resoluções e mecanismos do Conselho. A discussão sobre sustentabilidade institucional torna-se, portanto, um tema transversal da governança internacional dos direitos humanos.

Panorama geral das resoluções e decisões

Em ambos os períodos, o Conselho manteve uma agenda diversificada, combinando o monitoramento de situações nacionais específicas com o desenvolvimento normativo de questões temáticas emergentes.

O A/81/53/Add.1 demonstra forte atenção aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, abordando temas como o direito à alimentação, direito ao trabalho, moradia adequada, liberdade religiosa, prevenção da tortura, prevenção do genocídio, direitos das pessoas com deficiência, proteção de pessoas intersexo, combate à desinformação e direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. O relatório também evidencia crescente interesse pela interface entre direitos humanos, tecnologia e governança digital.

O A/80/53, por sua vez, mostra um aprofundamento dessa agenda temática. Destacam-se debates sobre mudanças climáticas, neurotecnologias, inteligência artificial, direitos culturais, proteção de jornalistas, violência contra mulheres e meninas, direitos das pessoas idosas, acesso a medicamentos e vacinas e impactos das transformações digitais sobre os direitos humanos. Paralelamente, amplia-se o número de mandatos renovados e mecanismos investigativos independentes, refletindo maior ênfase na implementação e monitoramento internacional.

Em relação às situações nacionais, ambos os relatórios mantêm atenção a contextos marcados por conflitos, instabilidade política e violações graves de direitos humanos. Entretanto, o A/80/53 apresenta uma cobertura geográfica mais ampla, incluindo Afeganistão, Belarus, Eritreia, Haiti, Irã, Nicarágua, República Democrática do Congo, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Território Palestino Ocupado, além de Myanmar. Essa expansão sugere uma crescente centralidade do Conselho como espaço de monitoramento internacional de crises contemporâneas.

Por fim, os dois relatórios demonstram a importância contínua da Revisão Periódica Universal (RPU) como principal mecanismo cooperativo de avaliação dos direitos humanos. A maioria das decisões adotadas refere-se à aprovação dos resultados das revisões nacionais, reforçando o compromisso universal com o monitoramento periódico do cumprimento das obrigações internacionais em matéria de direitos humanos.

A análise dos relatórios do Conselho de Direitos Humanos mantém-se orientado por três dimensões complementares: o enfrentamento de crises internacionais e situações nacionais de preocupação; a formulação de normas e padrões sobre temas emergentes, especialmente relacionados às mudanças tecnológicas e ambientais; e o fortalecimento institucional necessário

para garantir a efetividade dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Em conjunto, os documentos demonstram a crescente interdependência entre direitos humanos, desenvolvimento sustentável, governança global e diplomacia multilateral, conferindo ao Conselho papel central na arquitetura contemporânea das Nações Unidas.

Um pouco sobre os temas do CDH na 81ª UNGA

Direito à Saúde, Justiça e Responsabilização

O relatório A/81/169, elaborado pela Relatora Especial sobre o Direito à Saúde, Tlaleng Mofokeng, concentra-se na justiciabilidade do direito à saúde. O documento examina a capacidade dos sistemas judiciais e administrativos de assegurar reparação diante de violações desse direito e destaca a necessidade de mecanismos institucionais que permitam transformar compromissos normativos em garantias concretas para as populações. O texto aborda experiências nacionais relacionadas ao acesso a medicamentos, serviços de saúde, saúde mental, saúde sexual e reprodutiva e combate à discriminação em contextos de atenção à saúde.

O relatório enfatiza que a implementação do direito à saúde depende não apenas de disponibilidade de serviços, mas também da existência de mecanismos de responsabilização que permitam contestar políticas discriminatórias, omissões estatais e barreiras sistêmicas ao acesso à assistência.

Direitos Humanos, Mudanças Climáticas e Proteção Ambiental

Os documentos A/81/217, A/81/226 e A/81/166 formam um conjunto articulado de análises sobre mudanças climáticas e direitos humanos.

O relatório A/81/217, apresentado por Elisa Morgera, examina mercados de carbono e mecanismos de compensação de emissões sob a ótica dos direitos humanos. A autora argumenta que determinadas práticas de mitigação climática podem produzir impactos negativos sobre comunidades locais e povos indígenas quando implementadas sem garantias adequadas de participação e proteção territorial.

O relatório A/81/226 discute práticas de planejamento territorial e ambiental compatíveis com os direitos humanos, enfatizando a necessidade de incorporar critérios de justiça ambiental às políticas públicas de desenvolvimento.

Já o relatório A/81/166 analisa os desafios enfrentados por magistrados, promotores e advogados envolvidos em litígios ambientais e climáticos, destacando a importância da independência judicial para a implementação de obrigações estatais relacionadas às mudanças climáticas.

Povos Indígenas, Territórios e Populações Rurais

O relatório A/81/181 examina o reconhecimento jurídico, a demarcação e a titulação de terras indígenas. O documento identifica desafios persistentes relacionados a disputas fundiárias, atividades extrativas, expansão de infraestrutura e pressões econômicas sobre territórios tradicionais. Também destaca a relação entre proteção territorial, conservação da biodiversidade e adaptação às mudanças climáticas.

Essas discussões são ampliadas pelo relatório A/81/211, que examina direitos territoriais de camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais. O documento enfatiza o acesso à terra, à água e aos recursos naturais como componentes essenciais para a realização do direito à alimentação e para a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

Racismo, Justiça Racial e Implementação de Durban

Os documentos A/81/210, A/81/190, A/81/279 e A/81/320 abordam diferentes dimensões do combate ao racismo e à discriminação racial. As análises incluem a implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, a situação de pessoas afrodescendentes, desigualdades raciais associadas à atuação de instituições de segurança pública e discussões sobre o fortalecimento dos instrumentos internacionais de combate ao racismo.

Envelhecimento, Deficiência e Grupos Vulnerabilizados

O relatório A/81/177 examina os direitos humanos das pessoas idosas, especialmente em contextos de dependência física ou cognitiva. O documento enfatiza a necessidade de conciliar cuidados de longo prazo com autonomia, dignidade e capacidade decisória.

O relatório A/81/215 analisa mortes ilícitas de pessoas idosas, examinando situações de negligência institucional, violência e abandono. O texto destaca a importância de mecanismos de investigação e prevenção compatíveis com o direito à vida.

O relatório A/81/128 trata dos impactos psicossociais da discriminação contra pessoas com albinismo, abordando consequências para os direitos à saúde, educação, trabalho e participação social.

Por sua vez, o documento A/81/164 avalia os avanços alcançados na eliminação da discriminação contra pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares. O relatório destaca a persistência de estigmas históricos e de barreiras sociais que continuam limitando o exercício pleno de direitos mesmo em contextos em que a doença é tratável e controlável.

Finalmente, o relatório A/81/185 examina a proteção contra violência e discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero em contextos humanitários, destacando desafios enfrentados por populações LGBT em situações de deslocamento forçado e emergência humanitária.

Interfaces com a Saúde Global

A documentação encaminhada pelo Conselho de Direitos Humanos evidencia a consolidação de uma abordagem que compreende a saúde como fenômeno influenciado por fatores ambientais, territoriais, econômicos, sociais e políticos. Questões relacionadas às mudanças climáticas, alimentação, envelhecimento, hanseníase, direito à saúde, povos indígenas, albinismo e discriminação racial demonstram a crescente convergência entre o sistema internacional de direitos humanos e os debates contemporâneos de saúde global.

Essa convergência reforça a compreensão de que desigualdades em saúde não podem ser analisadas de forma isolada, exigindo abordagens integradas que articulem direitos humanos, desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e justiça social.

Considerações finais

Os documentos encaminhados pelo Conselho de Direitos Humanos à 81ª Assembleia Geral evidenciam a amplitude temática atualmente presente na agenda internacional de direitos humanos. Os relatórios abordam desde questões clássicas relacionadas à proteção contra discriminação e monitoramento de situações nacionais até debates contemporâneos sobre mudanças climáticas, governança ambiental, inteligência artificial, saúde global, empresas e direitos humanos e proteção de grupos vulnerabilizados.

O conjunto documental analisado demonstra a crescente interdependência entre direitos humanos, desenvolvimento sustentável e saúde global. Ao mesmo tempo, revela o papel do Conselho de Direitos Humanos como espaço de produção normativa, monitoramento internacional e formulação de recomendações que subsidiam os debates conduzidos pela Assembleia Geral.

Após a conclusão da 81ª Assembleia Geral, será oportuno realizar uma segunda etapa de análise voltada às resoluções efetivamente aprovadas, às negociações conduzidas pelos Estados-membros e às implicações dessas decisões para a governança global dos direitos humanos, a cooperação internacional e a diplomacia da saúde.

Referências

ALCÁZAR, Santiago; BUSS, Paulo M. Pequeno guia para a 81ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, p. 19-25, 2026. Disponível em: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/533 . Acesso em: 31 ago. 2026

ALSALEM, Reem. *Violence against women and girls, its causes and consequences: note by the Secretary-General*. Documento A/81/133. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4123509. Acesso em: 27 ago. 2026.

BARUME KWOKWO, Albert. *Rights of indigenous peoples: note by the Secretary-General*. Documento A/81/181. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125355. Acesso em: 27 ago. 2026.

BAILLIET, Cecilia M. *Human rights and international solidarity: note by the Secretary-General*. Documento A/81/179. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125247. Acesso em: 27 ago. 2026.

BOLAÑOS VARGAS, Andrea. *Situation of human rights defenders: note by the Secretary-General*. Documento A/81/167. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124962. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, setembro de 2026 – credenciamento de imprensa. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/aviso-as-redacoes/81a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2013-nova-york-setembro-de-2026-2013-credenciamento-de-imprensa . Acesso em: 31 ago. 2026.

BRIAN NOUGRÈRES, Ana. *Right to privacy: note by the Secretary-General*. Documento A/81/178. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125481. Acesso em: 27 ago. 2026.

DUHAIME, Bernard. *Promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence: note by the Secretary-General*. Documento A/81/130. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4123470. Acesso em: 27 ago. 2026.

KATROUGALOS, George. *Promotion of a democratic and equitable international order: note by the Secretary-General*. Documento A/81/168. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124858. Acesso em: 27 ago. 2026.

KIHARA-HUNT, Ai. *Sale, sexual exploitation and sexual abuse of children: note by the Secretary-General*. Documento A/81/132. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4123511. Acesso em: 27 ago. 2026.

LEVRAT, Nicolas. *Minority issues: note by the Secretary-General*. Documento A/81/214. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125754. Acesso em: 27 ago. 2026.

MIRANDA-GALARZA, Beatriz. *Elimination of discrimination against persons affected by leprosy (Hansen's disease) and their family members: note by the Secretary-General*. Documento A/81/164. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124909. Acesso em: 27 ago. 2026.

MOFOKENG, Tlaleng. *Right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health: note by the Secretary-General*. Documento A/81/169. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124963. Acesso em: 27 ago. 2026.

MONSALVE SUÁREZ, Sofía. *The right to food: note by the Secretary-General*. Documento A/81/201. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125240. Acesso em: 27 ago. 2026.

MORGERA, Elisa. *Promotion and protection of human rights in the context of climate change: note by the Secretary-General*. Documento A/81/217. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125857. Acesso em: 27 ago. 2026.

ORELLANA, Marcos. *Implications for human rights of the environmentally sound management and disposal of hazardous substances and wastes: note by the Secretary-General*. Documento A/81/170. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124911. Acesso em: 27 ago. 2026.

PIRTOŠEK, Zvezdan. *The human rights of older persons: note by the Secretary-General*. Documento A/81/177. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125261. Acesso em: 27 ago. 2026.

PUENTES RIAÑO, Astrid. *Human rights and the environment: note by the Secretary-General*. Documento A/81/226. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125753. Acesso em: 27 ago. 2026.

REID, Graeme. *Protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity: note by the Secretary-General*. Documento A/81/185. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125246. Acesso em: 27 ago. 2026.

ROMERO, Gina. *Youth activism: from systemic exclusion to real participation: note by the Secretary-General*. Documento A/81/186. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125263. Acesso em: 27 ago. 2026.

SAUL, Ben. *The promotion and protection of human rights and fundamental freedoms while countering terrorism: note by the Secretary-General*. Documento A/81/227. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125873. Acesso em: 27 ago. 2026.

SATTERTHWAITE, Margaret L. *Independence of judges and lawyers: note by the Secretary-General*. Documento A/81/166. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124926. Acesso em: 27 ago. 2026.

SCHWARZ, Katarina. *Contemporary forms of slavery and trafficking in persons: note by the Secretary-General*. Documento A/81/225. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125733. Acesso em: 27 ago. 2026.

SHAHEED, Farida. *Right to education: note by the Secretary-General*. Documento A/81/216. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125752. Acesso em: 27 ago. 2026.

TIDBALL-BINZ, Morris. *Extrajudicial, summary or arbitrary executions: note by the Secretary-General*. Documento A/81/215. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125737. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Ad Hoc Committee of the Human Rights Council on the Elaboration of Complementary Standards to the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination: note by the Secretariat*. Documento A/81/320. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125872. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Business and human rights: note by the Secretary-General*. Documento A/81/180. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4125262. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Implementation of the Durban Declaration and Programme of Action: note by the Secretariat*. Documento A/81/210. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4123650. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Working Group of Experts on People of African Descent: note by the Secretariat*. Documento A/81/279. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124572. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights in Afghanistan*. Documento A/81/137. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4121322. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights in Burundi*. Documento A/81/162. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4121785. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights in Eritrea*. Documento A/81/175. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4121786. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights in South Sudan*. Documento A/81/188. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4122106. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights in the Central African Republic*. Documento A/81/260. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4123871. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Independent Investigative Mechanism for Myanmar*. Documento A/81/165. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124883. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Situation of human rights of Rohingya Muslims and other minorities in Myanmar*. Documento A/81/265. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124294. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Intersessional panel discussion on the human rights of migrants*. Documento A/81/248. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4124070. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Report of the Group of Human Rights Experts on Nicaragua*. Documento A/81/112. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4120637. Acesso em: 27 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Report of the Human Rights Council: organizational session for the nineteenth cycle, thirty-seventh special session, fifty-eighth and fifty-ninth sessions*. New York: United Nations General Assembly, 2025. Documento A/80/53. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/80/53. Acesso em: 31 ago. 2026.

UNITED NATIONS. *Report of the Human Rights Council: organizational session for the eighteenth cycle of the Human Rights Council, fifty-fifth session and fifty-sixth session*. New York: United Nations, 2024. Documento A/79/53. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4064625/files/A_79_53-EN.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.